



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2024-0054

BI-2024-0060

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 14/05/2024

Hora: 14h00

Tipo: Plano Operacional (PO-2024-0003)

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: Paulo M. Pires

Outros inspetores da IRA: António MR. Moutinho

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho de 2021, que define a orgânica da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática.

A inspeção teve como objetivo verificar as condições de funcionamento do estabelecimento em matéria de gestão de resíduos ao abrigo do alvará n.º 16/DRAAC/2022, emitido pela Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

No local foi contactada a responsável do estabelecimento, a qual prestou os esclarecimentos solicitados e acompanhou a visita às instalações.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Resiaçores - Gestão de Resíduos dos Açores, Lda

NIPC/NIF: 512097585

Sede/morada: Rua Salomão Levy - Lote 61- Parque Industrial

Código Postal: 9700-135

Freguesia: Porto Judeu

Concelho: Angra do Heroísmo

Ilha: Ilha Terceira

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Centro de Processamento de Resíduos da ilha das Flores - Resiaçores

Endereço: Estrada Regional - Lugar da Várzea, s/n

Código Postal: 9960-434

Freguesia: Lajes das Flores

Concelho: Lajes das Flores

Ilha: Ilha das Flores

Atividade principal: 38322 - Valorização de resíduos não metálicos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

Outras atividades:

Período de funcionamento: Das 08h00 às 18h00

Licenciamento da atividade: 16/DRAAC/2022



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Descrição do estabelecimento / atividade

O Centro de Processamento de Resíduos (CPR) das Flores é composto por um pavilhão para operações de triagem e armazenagem, um pavilhão para valorização orgânica por compostagem (recentemente construído), um ecocentro, uma estação de transferência e instalações de apoio. As instalações de apoio compreendem, nomeadamente, a portaria, equipamento de controlo e pesagem, zona administrativa e de apoio à exploração, unidade de lava rodados, reservatórios de água e área para estacionamento de viaturas e contentores.

O estabelecimento está ainda dotado de um sistema de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais, bem como de águas pluviais. As águas residuais afluem por gravidade a uma estação elevatória, para serem bombeadas para a estação de tratamento (ETAR).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

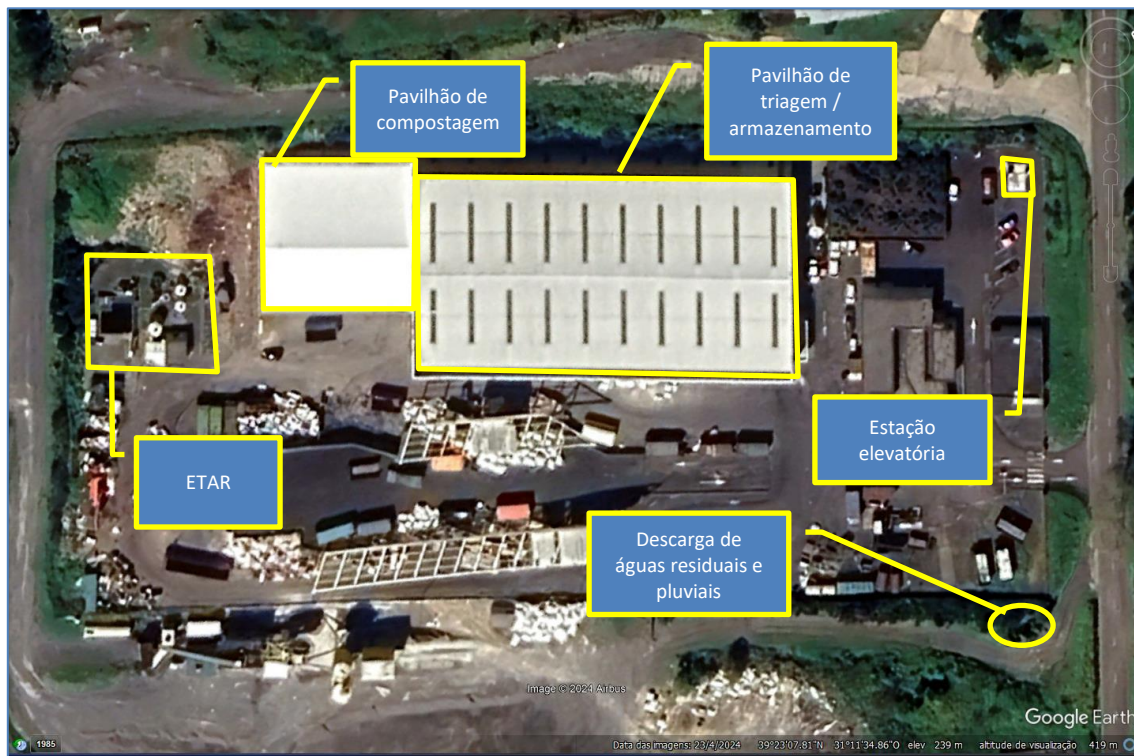


Figura 2.1: Identificação de algumas infraestruturas do CPR (adaptado de Google Earth).

3 – Água de consumo

3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública ☐ Captação própria em DPH ☐ Captação própria em RH particulares

3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	Art.º 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

4 – Águas residuais

4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais		Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/>	Urbanas	Edifício administrativo	ETAR	Solo
<input type="checkbox"/>	Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A			
<input checked="" type="checkbox"/>	Outro tipo de águas residuais industriais	Oficina, estação de transferência, ecocentro, unidade de lavagem de rodados, báscula e centro de valorização orgânica	ETAR	Solo

O sistema de tratamento de águas residuais e lixiviantes previsto para o CPR compreendia as seguintes etapas:

Fase líquida:

- Tamisação;
- Tratamento biológico;
- Bombagem ao tratamento físico-químico;
- Decantação secundária;
- Reservatório de água tratada e reutilização.

Fase sólida:

- Estação elevatória de recirculação e bombagem de lamas em excesso;
- Silo de lamas;
- Desidratação.

Era suposto as águas residuais chegarem à ETAR por meio de bombagem a partir da estação elevatória. No entanto, os equipamentos não se encontravam em funcionamento. O quadro elétrico das bombas encontrava-se desligado. Na ETAR não havia quaisquer indícios de funcionamento dos equipamentos, designadamente do tamisador, do sistema de arejamento, do tratamento físico-químico e do sistema de desidratação de lamas.

De acordo a planta da rede de drenagem de águas residuais e pluviais do CPR (peça desenhada n.º T1-027D, de maio de 2010), as águas residuais tratadas e não reutilizadas são descarregadas no coletor de águas pluviais, na caixa se visita CPP6. A descarga no solo é feita no local assinalado na figura 2.1. No momento da visita inspetiva não



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

havia qualquer descarga de águas. Não se encontra assinalado na planta o local da descarga de emergência da estação elevatória.



Figura 4.1: Estação elevatória e respetivo quadro elétrico.



Figura 4.2: Decantador secundário.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente



Figura 4.3: Equipamentos de doseamento e mistura para o tratamento físico-químico (sem reagentes).



Figura 4.4: Local de descarga das águas pluviais e das águas residuais tratadas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais e lamas de depuração

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	Art.º 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Cumprido	Possuía licença de descarga de águas residuais, titulada pelo alvará n.º AR/2023/104, a qual pressupunha o tratamento das mesmas através do sistema acima descrito.
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não cumprido	Uma vez que a ETAR não se encontrava em funcionamento não estavam a ser produzidas águas residuais tratadas. O operador estava a realizar as análises semestrais exigidas na licença (última realizada em janeiro de 2024), mas as amostras eram colhidas na estação elevatória.
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Cumprido	
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Não cumprido	Não cumpria a cláusula 20 da licença: a) Controlo das variáveis do processo na ETAR; b) Cumprimento do programa de manutenção de forma a obter o funcionamento contínuo e fiável dos equipamentos.
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art.º 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art.º 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art.º 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	

5 – Resíduos

5.1 – Resíduos recebidos/geridos

5.1.1 – Admissão e registo de resíduos

À chegada à instalação os resíduos são pesados e classificados, através de inspeção visual, e registados numa base de dados especificamente criada para o efeito. Os resíduos são então encaminhados para o destino adequado, consoante a respetiva tipologia (pavilhão, ecocentro ou outro).

5.1.2 – Tipologias de resíduos recebidos no estabelecimento



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

Tipologia de resíduos recebidos		Quantidade	Operações	Obs.
<input checked="" type="checkbox"/>	Resíduos perigosos não urbanos			
<input checked="" type="checkbox"/>	Outros resíduos não urbanos			
<input type="checkbox"/>	Resíduos hospitalares			
<input checked="" type="checkbox"/>	Resíduos urbanos			

Em 2023 recebeu 2035 toneladas de resíduos, das quais de 111 (cerca de 5%) correspondiam a tipologias de resíduos perigosos. Cerca de 88% dos resíduos recebidos (1795 toneladas) correspondiam a resíduos urbanos ou equiparados.

5.1.3 – Principais origens dos resíduos

Nome	Obs.
Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores	989 t
Município de Lajes das Flores	785 t
Ambicorvo, Lda	162 t

5.1.4 – Principais resíduos resultantes da atividade

Na inspeção realizada em 2023 foi verificada a existência de um grande passivo de composto fora das especificações (código LER 190503), no pavilhão, que não podia ser expedido por via marítima por se encontrar infestado com baratas.

Através do Despacho n.º 1461/2023, de 21 de agosto, publicado no Jornal Oficial II Série, n.º 160, foi autorizada a eliminação daqueles resíduos por enterramento na Saibreira da Boca da Baleia, propriedade da Câmara Municipal de Lajes das Flores.

Entre o dia 23 de agosto e o início do mês de setembro de 2023 todo o composto fora de especificação, totalizando 350 toneladas, foi transportado do pavilhão para a saibreira, onde foi enterrado.

5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

5.2.1 - Relativamente à produção e gestão dos resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras	n.º 5, art.º 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor	Art.º 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
c) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos	Art.º 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Resíduos líquidos (perigosos, não perigosos e sem identificação) armazenados em contentor de parede simples, sem bacia de retenção, em local não coberto (junto à ETAR).
d) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos	Art.º 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
e) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares	Art.º 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não verificado	
f) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição	Art.º 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Não verificado	
g) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art.º 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Verificada a emissão de e-GAR



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
h) Inscrição do estabelecimento no SRIR	Art.º 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
i) Submissão e preenchimento dos mapas de registo no SRIR	Art.º 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Mapa de 2023 submetido em 29/02/2024
j) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados	Art.º 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
k) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados	Art.º 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
l) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida	Art.º 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não verificado	
m) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de Resíduos de Equipamento Elétricos e Eletrónicos (REEE)	DLR 24/2012/A e DL 152-D/2017	Não cumprido	Continuava a armazenar REEE em local não coberto.
n) Cumprimento das normas de armazenagem e tratamento de pilhas e acumuladores	Art. 51.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
o) Cumprimento das normas de gestão de óleos alimentares usados	Art.º 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
p) Cumprimento das normas relativas a movimento transfronteiriço de resíduos	Art.º 54.º e 53.º do DLR 29/2011/A e Reg. (CE) n.º 1013/2006	Não aplicável	



Figura 5.1: Contentores de resíduos líquidos junto à ETAR (alguns sem identificação).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente



Figura 5.2: Resíduos de vasilhame de gases sob pressão, incluído alguns de gases fluorados.



Figura 5.3: Armazenamento de REEE em local não coberto.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente



Figura 5.4: Armazenamento de REEE em local não coberto.

5.2.2 – Relativamente aos requisitos técnicos mínimos das instalações de operação de gestão de resíduos e às condições impostas na licença para a realização de operações de gestão de resíduos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Existência de estruturas e dispositivos que impeçam o livre acesso à instalação, nomeadamente vedação e portão de entrada controlado, o qual se deve manter fechado fora das horas de funcionamento	Art.º 36.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Vedação danificada no lado nascente, embora ainda não coloque em causa o acesso não controlado à instalação.
b) Disponibilizado painel, afixado à entrada em lugar bem visível do exterior, onde conste, designadamente, a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos telefónicos e eletrónicos dos responsáveis pela instalação	Art.º 36.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
c) Fixados procedimentos de controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos	Art.º 36.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Verificado o procedimento de receção de VFV.
d) Disponibilizado um sistema de pesagem com báscula, ou equipamento similar adequado, para quantificar e registar os resíduos admitidos	Art.º 36.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
e) Delimitadas e identificadas as áreas de gestão por tipologia ou fluxo de resíduos e por tipologia de operação, incluindo áreas exteriores devidamente delimitadas e protegidas	Art.º 36.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Contentores de resíduos líquidos e resíduos de vasilhame de gases sob pressão, armazenados em área não delimitada e identificada para aquele efeito (junto à ETAR).
f) Delimitadas e identificadas as áreas de armazenagem de matérias-primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente no desenvolvimento das operações	Art.º 36.º DLR 29/2011/A	Não verificado	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
g) Funcionamento de sistemas de recolha, drenagem e tratamento de efluentes e de derramamentos e, quando apropriado, decantadores e separadores de óleos e gorduras	Art.º 36.º DLR 29/2011/A	Não cumprido	O sistema de tratamento de efluentes (ETAR) não se encontrava em funcionamento. Junto à prensa de metais existiam evidências de derrames de óleo no pavimento, sem que existisse um sistema de recolha apropriado para tratamento. Eventuais escorrências eram encaminhadas para o sistema de drenagem de águas pluviais.
h) Existência de áreas de estacionamento e circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos	Art.º 36.º DLR 29/2011/A	Cumprido	



Figura 5.5: Vedação danificada.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente



Figura 5.6: Derrames de óleo junto à prensa de metais.

6 – Substâncias perigosas

Aspeto não verificado.

7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

Aspeto não verificado.

8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

Aspeto não verificado.

9 – Regimes específicos

9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Aspeto não verificado.

9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 17 de novembro:

- Recolha, transformação e tratamento de subprodutos e resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Cumprido	
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 6.º DLR 31/2010/A	Cumprido	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

9.3 – Doença do legionário

Aspeto não verificado.

9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

2. Operador de gestão de resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Cumprido	O operador constituiu um fundo próprio reservado para este efeito, conforme deliberado na assembleia geral de 20/09/2023, atestado através de declaração do contabilista certificado da empresa.

10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- Armazenamento de resíduos líquidos em contentores não identificados (junto à ETAR), em infração ao disposto na alínea f) do artigo 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, o que constitui contraordenação ambiental leve, nos termos da alínea f), ii), do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma, punível com coima de €2000 a €36 000, nos termos do n.º 2, alínea b), do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação atual;
- Armazenamento de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE) em local sem cobertura à prova de intempéries, em infração ao disposto no n.º 2 do artigo 61.º, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do anexo iii, do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, na redação atual, o que constitui contraordenação ambiental grave, nos termos da alínea aaa) do n.º 2 do artigo 90.º do mesmo diploma, punível com coima de €12 000 a €216 000, nos termos do n.º 3, alínea b), do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação atual;
- Armazenamento de resíduos líquidos e de resíduos de vasilhame de gases sob pressão em áreas não delimitadas e identificadas para aquele efeito, em infração ao disposto na alínea f) do artigo 36.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, o que constitui contraordenação ambiental leve,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

nos termos da alínea f), iii), do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma, punível com coima de €2000 a €36 000, nos termos do n.º 2, alínea b), do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação atual;

- d) Inexistência de sistema de tratamento de águas residuais em funcionamento e inexistência de sistema de recolha de águas residuais oleosas para tratamento, em infração ao disposto na alínea g) do artigo 36.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, o que constitui contraordenação ambiental leve, nos termos da alínea f), iii), do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma, punível com coima de €2000 a €36 000, nos termos do n.º 2, alínea b), do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação atual.

11 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas:

Foi recomendada a reparação da vedação localizada a nascente do estabelecimento.

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra:

Ponta Delgada, 9 de julho de 2024